

Por uma leitura feminista da Educação Infantil com vistas à democracia

RESUMO

Este texto divulga um possível olhar sobre o debate das relações de gênero no âmbito da Educação Infantil, no cotidiano de um município mineiro e a partir de pesquisa de excelência, financiada e desenvolvida em universidade pública. Trata-se de estudo que utilizou produção de dados analisados à luz de teorizações feministas. Como conclusão, percebeu-se que há avanços que caminham em meio a inconsistências e tensões, relacionadas à abordagem do tema gênero na Educação das crianças pequenas. Neste artigo, serão apresentadas as principais questões envolvidas em um percurso que arduamente vem sendo construído para que, de fato, a Educação Infantil se consolide como um nível de ensino que reivindique para si a responsabilidade de tratar a formação da criança, numa perspectiva que democratize e valorize todas as dimensões e direitos aos quais ela tem acesso. Tal diálogo se refere à tessitura de franca possibilidade de enfrentar, a partir da Educação Infantil, as desigualdades sociais e garantir uma proposta de sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Feminismos. Gênero.

Maria Rita Neves Ramos

E-mail:

nevesramosm@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

Daniela Auad

E-mail: auad.daniela@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

INTRODUÇÃO

Este artigo considera como princípios de uma prática educativa emancipadora a participação e o reconhecimento social. Logo, situamos a importância das elaborações de feministas sobre o fato de que somos socializadas/os desde pequenas/os nas expectativas sociais que distinguem e polarizam o cotidiano de meninas e meninos. Romper com esse ciclo que tende a tolher as experiências infantis requer sensibilidade para os efeitos nas vivências a curto e longo prazo, mas principalmente promover uma Educação que desconstrua as discriminações pautadas no gênero. Discutir tal demanda é considerar uma conjuntura que envolve Educação, formação humana e docente, além do contexto político e social em que distintos interesses focalizados na escolarização das pessoas estão em disputa.

De modo a apreender essa dinâmica, sob o enfoque de gênero, tanto a metodologia quanto o recorte teórico-analítico da presente pesquisa se pautam no “ciclo de políticas” elaborado por Stephen Ball¹ (1994 apud MAINARDES, 2006), pois tal abordagem privilegia os distintos contextos de influência nas trajetórias das políticas educacionais. A análise dialoga com os contextos de produção de texto e de estratégias políticas, que se somam aos contextos da prática e dos resultados (MAINARDES, 2006), acessados por meio de análises documentais e entrevistas. As primeiras são recursos que “possibilitam ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 2), enquanto as segundas proporcionam a interação com os “significados e o sistema de crenças e valores, perpassados pelas emoções e sentimentos dos protagonistas” (SZYMANSKY; ALMEIDA; BRANDINI, 2004, p. 14).

Os referenciais teóricos sobre o tema gênero na Educação revelaram as lutas das mulheres em ocupar esse espaço como professoras. Desse escopo, buscou-se materiais de formação disponibilizados pelo Ministério da Educação, de modo a conhecer como – e se – o tema gênero é indicado como tema de trabalho nas práticas da Educação Infantil. Assim sendo, os principais documentos nacionais e municipais foram acessados, bem como as duas versões do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001; 2014). Os dados dessas fontes renderam entrevistas direcionadas a duas professoras da rede, duas funcionárias do setor de Educação Infantil da Secretaria de Educação de Juiz de Fora e à representante da Coordenadoria de Políticas Públicas Casa da Mulher. As entrevistadas emitiram suas impressões sobre o gênero em suas práticas e em sua formação, e é a partir delas que a análise conclui que ignorar ou desmerecer as questões de gênero na formação docente têm reflexos contundentes nas práticas da Educação Infantil. Uma formação profissional deficitária pode ser um dos fatores de obscurecimento sobre o fenômeno da violência de gênero que ocorre na escola e nos demais espaços sociais, o que pode afetar a formação da criança cidadã se a discussão sobre as desigualdades sociais não for contemplada de maneira focalizada. O contexto de avanços e retrocessos nos debates sobre Gênero e Educação é fruto de movimentos de conquistas que caminham ao lado de forças de conservação. Esse mote é explorado na parte inicial do artigo, seguido das produções teóricas sobre Gênero e Educação Infantil. Apresentadas as contribuições das entrevistadas sobre esse acúmulo de conhecimento, ao final apontamos algumas questões com as quais nos deparamos ao trabalhar o tema Gênero na educação das crianças pequenas.

CONCEITUAÇÃO

Ao adotar uma perspectiva feminista relacionada à Educação, o debate proposto no presente artigo articula gênero e socialização. A categoria gênero é compreendida a partir das distinções sociais que se propõem a colocar em polos opostos o feminino e o masculino, em aspectos relacionais de importância (SCOTT, 1995). A compreensão de que as expectativas sociais são fruto do processo de socialização, ou seja, compartilhadas e também ressignificadas nas múltiplas interações (MOLLO-BOUVIER, 2005), nos encaminha a uma investigação sobre como o gênero se faz presente nas práticas e nas políticas de Educação Infantil, uma vez que a escola e a Educação são searas responsáveis por veicular referências sociais, políticas e intelectuais, que podem atuar tanto reforçando quanto transformando as relações sociais (AUAD, 2003), desde a infância.

NASCE A MULHER, LOGO MÃE E PROFESSORA: DESMISTIFICANDO UM DESTINO MANIFESTO

As relações de gênero constituídas em inúmeros aprendizados ao longo da vida nos fazem reconhecer instantaneamente os dizeres desse subtítulo, pois são “correspondências” propostas por representações simbólicas atribuídas a um sexo e outro. E, sim, homens e mulheres são diferentes. Contudo, a valorização social de traços e adjetivos, a ponto de qualificá-los como exclusivos de um sexo ou outro é o que caracteriza o gênero. Como um saber de fácil acesso, naturalizado pelas instâncias de convivência, o gênero é conceito há muito colocado pelas feministas, que revelam que os modos aparentemente inofensivos da divisão sexual das relações sociais atuam para além da esfera doméstica, em imperativos distintivos de estima social e também possibilidades de carreira profissional. As feministas denunciam que a diferenciação dos sexos galga a esfera pública, política e principalmente as relações de poder (SCOTT, 1995). Na Educação, o gênero impacta diretamente a vida das mulheres, tanto quando elas figuram como alunas quanto como professoras. Para esse debate, recuperamos os principais aspectos da Educação e docência no Brasil nos séculos XIX e XX.

O ingresso de meninas nas escolas primárias só ocorreu no século XIX², em 1827, implicando em qualificação profissional das mulheres em Escolas Normais, já que conforme o entendimento da época, a Igreja Católica não recomendava que professores homens ministrassem aulas a meninas (ALMEIDA, 1998). Os conhecimentos educacionais da época disseminam “[...] a ideia da mulher como educadora e mestra infantil” (BORGES; DURÃES; IDE, 2012, p. 5). Esse imaginário foi denominado por Daniela Auad³ (2003 apud RAMOS, 2016) como a tríade mãe-mulher-professora, em que erroneamente se estabelece uma correspondência de habilidades à mulher, como se o fato de alguém nascer com o sexo feminino a dotasse de capacidades para com o cuidado e educação das crianças. Não existem evidências de que possuir um útero torne a mulher uma cuidadora e por extensão, uma professora. Tal afirmação é equivocada, já que a responsabilidade para com os cuidados é construída socialmente. Tizuko Kishimoto (2002) realizou pesquisas que atestam que as meninas são estimuladas desde a infância a brincar com brinquedos que remetem ao trato da casa e dos bebês, de maneira diferenciada aos estímulos direcionados aos meninos. Além disso, a socialização informal dos cuidados não gabarita a mulher enquanto docente, cujos saberes abarcam acesso,

domínio e aplicação prática de conhecimentos que o cotidiano não profissionalizado não disponibiliza (OLIVEIRA, 2011).

Ao lado da escolarização e da atividade como docente, a mulher também é evocada como peça formadora do destino nacional. A conjuntura de formação republicana no século XIX deposita suas esperanças nas novas gerações. Logo, enquanto mães, as mulheres ocupam o centro da cena, enquanto responsáveis pelo cuidado e educação das crianças (HAHNER, 2011). Observa-se aqui como as relações de gênero se remodelam rumo ao projeto de progresso enquanto nação, concepção esta que atravessa todo o processo de formação do Estado Brasileiro, também no século XX.

Kelly Priscila Lôddo César e Fabiane Freire França (2007) ponderam sobre como as intensas transformações desse período concorreram para que as mulheres buscassem uma profissão, resistindo à lógica conservadora e galgando os espaços públicos. A autonomia das mulheres foi sendo batalhada pela escolha da carreira, importante via de consolidação de seus direitos enquanto cidadãs.

Sobre o atendimento institucional comum a meninos e meninas, Daniela Auad (2003) analisa que a mera proposição de escolas mistas não termina com as separações entre o masculino e o feminino. A autora afirma que o pressuposto de meninas e meninos ocuparem o mesmo espaço não significa que haja o fim das desigualdades de gênero (AUAD, 2003) na escola e fora dela. Não ser vedado o acesso aos espaços a um sexo ou a outro constitui um avanço social importante. Entretanto, é digna de reflexão a maneira com que o gênero se recombina com outras categorias, como a classe, raça e geração na formação das desigualdades educacionais e sociais. A produção destas pode ser reconhecida pela dupla subordinação de gênero, que diz respeito “ao modo como as diferenças hierarquizadas são construídas a partir da combinação da categoria gênero ora com raça, ora com geração, ora com classe social, ora com orientação sexual” (AUAD; LAHNI, 2013 apud RAMOS, 2016, p. 93). Logo, tal dinâmica indica que os enfrentamentos das mulheres ainda estão distantes de serem superados.

A esse respeito, os dados do Mapa da Violência⁴ informam que o número de mulheres assassinadas cresceu 21% em 10 anos. Das 46.186 mulheres, 66,7% eram negras. Ainda que o maior percentual incida sobre aquelas com idade compreendida entre 18 e 30 anos, elevado índice afeta meninas de 0 a 11 anos. O ponto chave é que todas as formas de violência contra mulheres são motivadas por ódio ou motivos fúteis. Essa é uma importante reflexão acerca da socialização dos machismos, que insistem em subjugar as mulheres de maneira autoritária desde a infância. Na Educação, tal fenômeno interfere no acesso e na permanência de meninas e meninos na escola, ocultando a expressão de direitos adquiridos. Essas questões estão presentes no cotidiano intra e extraescolar, como apontado em pesquisas divulgadas pelo MEC, a seguir.

DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E EDUCAÇÃO: QUESTÕES PARA PENSAR A EDUCAÇÃO INFANTIL

Para mapear a relação da Educação Infantil com a discussão sobre as questões de gênero, foram selecionados textos destinados às professoras/es da Educação Infantil, a publicação dos Cadernos Temáticos da SECADI⁵ – Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos – e uma pesquisa

sobre o panorama da violência escolar no Brasil, todos disponíveis no site do Ministério da Educação. Reconhecemos nesses materiais uma potente oportunidade de acessar as maneiras que o gênero se faz presente nas interações escolares.

O Caderno Temático da SECADI é um diagnóstico sobre a abordagem do gênero e da diversidade sexual na Educação. Os temas tratados são “as questões da diversidade – étnico raciais, de gênero e diversidade sexual, geracionais, regionais e culturais” (BRASIL, 2007, p. 1), assim como as questões relativas aos direitos humanos, educação ambiental, violências e enfrentamento dos preconceitos, em especial o machismo, sexismo e racismo. A publicação reconhece que a Educação contribui na construção das subjetividades e que não se pode ignorar os efeitos que as subjetividades masculinas, “femininas, hetero, homo ou bissexuais produzem sobre a permanência, o rendimento escolar, a qualidade da interação de todos os atores da comunidade escolar e as suas trajetórias escolares e profissionais” (BRASIL, 2007, p. 35). Assim sendo, o Caderno Temático aponta tanto os princípios relacionados ao trabalho pedagógico quanto as dimensões de execução e articulações institucionais, em uma perspectiva educacional abrangente a toda a sociedade.

A perspectiva educacional abrangente é corroborada pela pesquisa “Panorama dos estudos sobre violência nas escolas no Brasil: 1980-2009” (SASTRE, 2011). Analisando trabalhos publicados em quase 30 anos, o autor aponta que as múltiplas violências que se manifestam na escola são parte de nossa história social, política e cultural. As abordagens mais comuns encontradas pelo autor são *Bullying*, Preconceito e Discriminação. As diferentes denominações comungam que a violência se manifesta através de atos antissociais, desumanos e desumanizantes (ABRAMOVAY, 1999 apud SASTRE, 2011). Sendo assim, Edilberto Sastre (2011) questiona: Quais excessos e/ou carências afetam essas relações, gerando violência? Qual é o efeito de um excesso de sociedade e de Estado na escola? Como isso gera violência na escola? Nesse sentido, o autor enverga uma rica discussão, pontuando que a violência é uma relação social em que existe um excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – pelo uso da força ou da coerção, gerando danos que configuram o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. A homofobia, por exemplo, é uma causa ligada à evasão escolar, o que contraria o direito à Educação. Sobre situações como a citada, Sastre pontua que é fundamental a intervenção de professoras/es, acrescentando que várias questões perpassam as posturas da categoria, como a “qualificação deficitária, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, silenciamento devido ao sentimento de incapacidade para a ação decorrente da repressão sexual e da aceitação acrítica da heteronormatividade compulsória” (SANTOS, 2001 apud SASTRE, 2011, p. 93). Transpondo esse dado à Educação Infantil, Maria Rita Neves Ramos (2016, p. 59) pondera que

é importante pensar como isso ocorre e afeta as crianças que frequentam a Educação Infantil, tanto com relação à opressão e educação dos comportamentos infantis quanto no que tange à interação da comunidade escolar com filhos e filhas da população LGBTQBT, em acolhimento às famílias dessas crianças na rede de relações nestes ambientes e também fora deles.

Conforme Sastre (2011), a orientação sexual é apontada como recorrente categoria de discriminação na escola, assim como outras minorias sociais, como as pessoas ciganas, povos nômades, artistas de circo, pessoas obesas, estrangeiras e

filhas de homossexuais. Considerando tal fator como decisivo na permanência desses e outros grupos na escola, Sastre aponta como caminho a atuação da gestão democrática, em parceria com os Conselhos Tutelares, grêmios estudantis e pastas governamentais para a promoção de uma cultura de paz, mencionando também a importância da criação de linhas de financiamento e da produção de estudos sobre esse tema nas Universidades.

De modo mais específico, dos textos que tratam das dimensões pedagógicas na Educação Infantil, seis reconheceram que o gênero se entrelaça aos cotidianos infantis. Dos que não mencionam o gênero em suas análises, três pecam por não tecerem relações com obras que identificam a influência do tema na produção dos saberes abordados nos trabalhos. Sobre essa não apropriação de saberes, Nancy Fraser⁶ afirma que a percepção da amplitude da categoria gênero ainda é encarada com dificuldade pela comunidade acadêmica. Para a autora, as/os pesquisadoras/es “que entendem gênero como uma relação social mantêm uma difícil coexistência com aquela(e)s que o constroem como uma identidade ou um código cultural” (FRASER, 2007 apud RAMOS, 2016, p. 70). Logo, mesmo o gênero atuando como importante categoria da dinâmica social, é comum que ele seja desmerecido ou silenciado na produção dos saberes pedagógicos (RAMOS, 2016). Diante do exposto, o próximo item apresenta a formulação dos documentos da Educação Infantil, sinalizando as dimensões que envolvem o tema gênero.

ANALISANDO GÊNERO, MULHERES E CRIANÇAS PEQUENAS VIA DOCUMENTOS EDUCACIONAIS

As primeiras menções à defesa da educação para as crianças pequenas no Brasil datam de 1920. No entanto, a Educação Infantil vem a tomar parte das preocupações políticas somente a partir de 1960 e de maneira mais pronunciada na década seguinte, a partir de diálogos promovidos pela Unesco e pela Unicef (RAMOS, 2016). A passos miúdos, a educação das crianças passa da assistência ao direito, como dever do Estado em 1988, pela Constituição, e como parte dos sistemas educacionais em 1996, pela LDBEN. Essa diretriz maior prescreve que se construa um plano educacional nacional, concretizado em 2001 e que sofreu alterações até 2014. As duas versões do Plano Nacional de Educação foram acessadas buscando vislumbrar alguma pretensão sobre o debate do tema “gênero na Educação Infantil”.

O PNE de 2001 pretende assegurar a matrícula de todas as crianças na Educação Infantil até 2015 “particularmente meninas, crianças em circunstâncias difíceis e de minorias étnicas” (BRASIL, 2001, p. 5), para que elas acessem a educação primária. Há a preocupação com o direito ao cuidado e à educação das crianças a partir do nascimento “como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (BRASIL, 2001, p. 32). O tema gênero é mencionado na forma de estatísticas que demonstram a cobertura por sexo das matrículas da Educação Infantil (RAMOS, 2016).

Ao lado de questões como a universalização do ensino, financiamento ou currículo, é com efeito que o tema gênero tenha sido a questão que mais gerou discussão junto à Educação. Em 2010 foi redigido um projeto substitutivo que propunha a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual (BRASIL, 2010, p. 1,

inc. III). Essa diretriz traz em si as preocupações apontadas tanto pela sociedade civil quanto pelas comunidades acadêmicas que, ao se debruçarem sobre as questões geradoras das desigualdades, apontam o gênero como um dos entraves ao exercício do direito à Educação (RAMOS, 2016). No que diz respeito à Educação Infantil, a meta 1 do projeto pretende

universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2010, p. 10)

Embora não haja a menção explícita sobre o tema gênero nessa meta, o escopo feminista acessado permitiu a identificação da questão do direito à Educação atrelado à igualdade de gênero. Conforme Ana Liési Thurler (2009), todas as políticas que mencionam a creche colocam em debate o gênero, pois o acesso e permanência das crianças nas creches asseguram às mães o exercício de seus direitos como trabalhadoras. Logo, a oferta de creches diz respeito direto à vida da mulher e o reconhecimento institucional sobre o direito das crianças a uma educação também fora do lar.

Não obstante a produção teórica e militante sobre o tema gênero, o texto final da agora Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, prescreve a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014, p. 22). Foram divulgados muitos embates de movimentos sociais e setores religiosos relacionados à abordagem do gênero na Educação e em políticas sociais (RAMOS, 2016). Sobre a Educação Infantil, o PNE mantém na íntegra a meta do projeto de 2010, trazendo orientações gerais sobre o atendimento, sem mencionar o gênero. Passamos a expor o que consta nos documentos específicos da Educação Infantil.

Os trabalhos e os fazeres da Educação Infantil nas searas nacional e municipal

Em continuidade às prescrições da LDB, nascem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 1998. Sobre o gênero, o documento não traz em si a indicação explícita, ainda que a relatora Regina de Alcântara Assis mencione e argumente sobre a importância do tema no parecer do CNE. Ao lado da importância da influência das questões de gênero, etnia e situações socioeconômicas no desenvolvimento de uma cidadania plena e definição das identidades por parte de crianças pequenas e de suas famílias, o parecer coloca como indispensáveis o respeito, o acolhimento e o diálogo institucional que valorize as pluralidades humanas. Com esse foco, o parecer do CNE (BRASIL, 1998, p. 11) indica que esse olhar deve se estender às profissionais da Educação Infantil, pois tal pluralidade constitui riqueza que amplia as suas experiências e as das crianças, “especialmente quando elas só convivem com a mãe, ou o pai, ou irmãos, ou outros responsáveis”, argumentando que é “nesta diversidade de representações de gênero, etnia e situações sócio/econômicas vão aprendendo a conviver construtivamente com a riqueza das diferenças entre os seres humanos”.

Mediante tal contribuição, parece haver uma continuidade na formulação dos diálogos sobre o gênero, uma vez que ele aparece indicado como temática a ser abordada junto às crianças na atualização do texto das Diretrizes que ocorreu em

2009. O documento nacional seguinte à publicação, os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009) acompanham a orientação das Diretrizes, considerando o gênero como dimensão importante a ser considerada no planejamento, na proposta consolidada e nos materiais didáticos. Entretanto, os Indicadores deixam de mencioná-lo na dimensão das interações, justamente onde o tema se faz muito presente, como nas relações entre crianças, adulta/o-criança e no atendimento às famílias.

Juiz de Fora (MG) elabora sua proposta em 2010, mencionando o gênero na construção do currículo e na organização dos materiais e artefatos, ainda que não indicando ao público docente maneiras de fazê-lo. As formulações construídas não se esgotaram nessa primeira proposta, o que levou a uma segunda proposta, complementarmente como um caderno temático. Em 2011, o caderno temático traz orientações sobre a abordagem de temas mais específicos, como “o brincar, cuidar e educar, avaliar, registrar, bem como rotinas e organização do espaço e do tempo” (RAMOS, 2016, p. 89) e traz sugestões de trabalho e material de apoio teórico e prático. No entanto, o material não menciona o trabalho com gênero nenhuma vez, em toda a extensão do documento. Tendo em vista que a pura menção do tema no primeiro documento não corresponde à aplicação de uma educação não sexista, é indicativo que o debate sobre os reflexos das questões de gênero na Educação Infantil ainda não se consolidou. Tal afirmação se baseia nas já mencionadas tendências de omissão, observadas nas discussões acerca do tema no PNE, e também na não-apropriação de significativo acúmulo de pesquisa sobre o tema. Essas questões nortearam as entrevistas com as professoras de Educação Infantil em Juiz de Fora (MG), técnicas da Secretaria de Educação e representante da Casa da Mulher, cujas opiniões serão analisadas a seguir.

PENSAR E AGIR: VERBOS DA EDUCAÇÃO E DA INFÂNCIA

O arcabouço teórico sobre o gênero na Educação – e na Educação Infantil – obtido nas fontes documentais e bibliográficas serviu como base de referência para conversas com profissionais da Educação e com representante da Coordenadoria de Políticas Públicas Casa da Mulher de Juiz de Fora (MG), que é órgão protetivo especializado no combate à violência de gênero. A consideração dessa instituição como campo de pesquisa se deve ao fato de ser local que, além de apoiar as mulheres, trabalha em parceria com o Conselho Tutelar da cidade, amparando também as crianças que sofrem os impactos das questões de gênero vividas pelas famílias.

Ao serem abordadas sobre o trabalho com o gênero na Educação, todas as entrevistadas concordam sobre a importância dessa discussão, apontando como justificativas a aquisição de valores e o respeito à diversidade, bem como o combate à violência. As professoras e funcionárias da Secretaria de Educação detalham que o gênero é questão que se faz presente na escola em discussões sobre as diferenças humanas. Tanto nas escolas quanto nos casos acolhidos na Casa da Mulher, as manifestações do gênero surgem a partir de conflitos relacionados a atitudes concebidas como “fora de lugar”: a mulher que, aos olhos da sociedade desobedece o marido e é agredida, ou a criança que é recriminada pelas outras ao brincar com um brinquedo que não é condizente ao seu sexo biológico. A esse quadro, a Casa da Mulher atribui a ação dos machismos, que violentam os direitos de cidadania das mulheres. As professoras acrescentam as

matrizes de uma educação doméstica, primeira e forte referência acessada pelas crianças. Sobre alguma situação de impasse na qual o tema gênero é questionado no cotidiano escolar, uma das entrevistadas relata que, apesar de os valores da educação familiar – conservadores em sua maioria – aflorarem calorosamente, *“a partir do momento que você aceita, a criança também aceita”*. Logo, podemos constatar a importância da ação dos/as adultos/as e, por extensão, a relevância da formação docente com um olhar combativo às situações de preconceitos. Mesmo reconhecendo que não seria correto reforçar modelos de comportamento sexistas, as professoras demonstram um certo conflito com a própria formação pessoal. Sobre isso, uma das entrevistadas diz que *“é um trabalho de uma vida inteira [...] porque a família de hoje é uma família diferente”*.

As entrevistadas da Secretaria de Educação também debatem o aspecto do desmonte da família idealizada e a historicidade da docência nas iniciativas de formação continuada. Nos cursos são discutidos os sentidos de práticas tradicionais da Educação Infantil, como a formação de filas de meninos e meninas e a presença de outras figuras da família – além da mãe –, responsáveis pela Educação das crianças. Contudo, não foram relatadas práticas e/ou situações que visibilizassem reflexões sobre a categoria orientação sexual, que afeta, por exemplo, as interações com as crianças filhas de famílias LGBTQI+ (RAMOS, 2016). Outro dado acessado é que não existem parcerias da Secretaria de Educação com a Casa da Mulher, o que precariza a rede institucional em termos educativos, para a população em geral, sobre a atuação da categoria gênero.

As orientações dos documentos educacionais são o grande norte de trabalho da Educação Infantil do município, retomados constantemente nas falas das entrevistadas. Ao serem perguntadas sobre a ausência do gênero no segundo documento municipal, as entrevistadas da Secretaria de Educação informaram que o documento é uma construção contínua, o que justificaria essa lacuna. No entanto, sobre o questionamento de uma possível revisão no documento a fim de incluí-lo, elas responderam que não seriam feitas atualizações no mesmo. Tal fato é grave, já que as professoras pautam suas ações no que a municipalidade indica como elemento curricular no âmbito da Educação Infantil, o qual não consta o tema gênero. Ramos (2016) entende que tal fenômeno seja reflexo dos desacordos sobre a abordagem do gênero na Educação, representado por atritos políticos. Como em muitas cidades do Brasil, em Juiz de Fora (MG), ocorreram fortes manifestações de contrariedade a esse debate por parte de entidades religiosas e por representantes públicos, que entendem que uma *“ideologia de gênero”* pode difundir, por exemplo, a utilização de banheiros comuns, o que seria um problema, pois *“postulam”* que a igualdade de gênero ameaça a formação dos indivíduos⁷.

A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO FINAL

Este trabalho trouxe em seu título a proposta de uma leitura feminista sobre o trabalho com o gênero na Educação Infantil. Esclarecendo melhor o que entendemos sobre isso, é pertinente destacar as teorias feministas que, de modo geral ou específico, se debruçam a compreender os muitos mecanismos pelos quais as sociedades interpretam a ação das mulheres (AUAD, 2003). Uma menina não é encorajada a ser mecânica quando crescer. Quando esse incentivo é direcionado a um menino, e não a ela, a menina aprende que a mecânica não é um lugar desejável para ela. Como? Por meio da educação.

É impossível que uma menina se torne mecânica? Claro (e ainda bem!) que não. Esse “aprendizado” comumente vem acompanhado da inferiorização de um sexo a outro. Em recusa à essa inferiorização, a análise dessa pesquisa reconhece os ganhos, questiona os erros, os silêncios e as inconsistências apontadas pelas fontes consultadas. É urgente que continuemos a lutar para que se superem as desigualdades do feminino e do masculino, para que todas as crianças acessem seus direitos de serem educadas de modo mais justo e afetivo. O diálogo com o social é o que defende Joan Tronto (1997) e é o que este texto busca, ressaltando o fundamental amparo e ação das políticas públicas sociais e educacionais, universidades, movimentos sociais, escolas e da sociedade como um todo.

Diante disso, uma possível leitura feminista na Educação Infantil reside em questionar, criticar e propor, a partir dos movimentos e ações já existentes, os ajustes necessários à transformação social. Para tal, um ponto que precisa ser debatido é a continuidade e a concretização das ações transversais das instituições sociais e governamentais. A formação docente, materializada na mediação das/os adultas/os nas apropriações das crianças é também questão relevante, já que parece ser pouco provável que elas se eduquem e construam redes passíveis de serem consideradas, em uma sociedade ainda tão adultocentrada. O comprometimento com essas responsabilidades representa possibilidade de romper com discursos vazios e antidemocráticos que pairam sobre a sociedade, a fim de efetivamente contribuirmos para uma Educação mais igualitária e respeitosa para e com todas as pessoas.

For a feminist reading of early childhood education with a view to democracy

ABSTRACT

This text discloses a possible look at the debate on gender relations in the scope of Early Childhood Education, from a municipality in Minas Gerais. Based on excellent research, financed and developed at a public university, the study used data production analyzed in the light of feminist theorizations. As a conclusion, it was noticed that there are advances that walk amid inconsistencies and tensions, related to the approach of the gender theme in the Education of young children. In this article, we will present the main issues involved in a path that has been built so hard that, in fact, Early Childhood Education consolidates itself as a level of education that claims for itself the responsibility of treating the child's education, in a perspective that democratizes and value all dimensions and rights to which it has access. Such dialogue refers to the weaving of frank possibility to face, from the Early Childhood Education, the social inequalities and guarantee a proposal a more just and egalitarian society.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Feminisms. Gender.

Para una lectura feminista de la educación de la primera infancia con vistas a la democracia

RESUMEN

Este texto revela una posible mirada al debate sobre las relaciones de género en el ámbito de la Educación Infantil, desde un municipio de Minas Gerais, Brasil. A partir de una investigación de excelencia, cuyo financiamiento y desarrollo se dan en una universidad pública, el estudio utilizó la producción de datos analizados a la luz de las teorizaciones feministas. Como conclusión, se observó que hay avances que caminan en medio de inconsistencias y tensiones, relacionadas con el enfoque del tema de género en la educación de los niños y las niñas pequeñas. En este artículo, presentaremos los principales problemas involucrados en un camino que se está construyendo arduamente para que, de hecho, la Educación Infantil se consolide como un nivel de educación que reclama la responsabilidad de tratar la educación de los niños y las niñas, en una perspectiva que democratice y valore todas las dimensiones y derechos a los que tiene acceso. Tal diálogo se refiere al tejido de la franca posibilidad de enfrentar, desde la Educación Infantil, las desigualdades sociales y garantizar una propuesta de sociedad más justa e igualitaria.

PALABRAS CLAVE: Educación de la primera infancia. Feminismos. Género.

NOTAS

- ¹ BALL, Stephen J. *Educational reform: a critical and post-structural*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- ² Somente as meninas de classe alta tinham acesso à Educação no século XIX. A educação se desenvolvia no âmbito do lar, com preceptoras. As meninas das classes baixas e as crianças negras não tinham direito à Educação (ALMEIDA, 1998).
- ³ AUAD, Daniela. **Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação**. São Paulo. FEUSP, FAPESP, Tese de Doutorado, 2003.
- ⁴ Fonte: www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php Acesso em: 09 nov. 2015.
- ⁵ Secretaria de Educação à Distância, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Criada em 2004, com o intuito de visibilizar e discutir questões relacionadas aos grupos historicamente excluídos dos processos de escolarização, a SECADI teve suas atividades encerradas no ano de 2019. Fonte: www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/velez-desmonta-secretaria-de-diversidade-e-cria-nova-subpasta-de-alfabetizacao.shtml Acesso em: 15 jan. 2019.
- ⁶ FRASER, NANCY. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, 2007-P.101-138.
- ⁷ FONTE: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/07/protesto-marca-retirada-de-votacao-do-plano-de-politicas-para-mulheres.html> Acesso em: 27 jul.2019.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINDANI, Joel F; SÁ-SILVA, Jackson R. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, n. 1, julho de 2009, p. 1-15.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BORGES, Kátia Francieli Corrêa; DURÃES, Sara Jane Alves; IDE, Maria Helena de Souza. Educação de Mulheres e o discurso do progresso na primeira metade do século XX. *IN: Congresso em Desenvolvimento Social - (Des)igualdades sociais e desenvolvimento*, 3., 2012. **Anais...** Unimontes, 2012. Disponível em: <http://www.congresods.com.br/terceiro/index.php/trabalhosaprovados/desenvolvimento-genero-e-geracao/231-educacao-de-mulheres-e-o-discurso-do-progresso-na-primeira-metade-do-seculo-xx>. Acesso em: 21 jul. 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 022/1998**. Elabora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98. Acesso em: 30

out. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal. 2001. 186 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução N. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. v. 4. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 outubro 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8.035**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências. Disponível em: www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?idproposicao=490116 Acesso em: 06 dez.2014.

CEZAR, Kelly Priscila Lóddo.; FRANÇA, Fabiane Freire. Nova proposta de educação na primeira república brasileira: a coeducação dos sexos. **Revista Histedbr** [online], Campinas, n. 27, p. 127-142, 2007. Disponível em: www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5006/art10_27.pdf Acesso em: 29 jul. 2014.

HAHNER, Juhne E. Escolas Mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 19, n. 2, p. 467-474, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000200010> Acesso em: 29 jul. 2014.

KISHIMOTO, Tisuko M. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, Tisuko M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 13-43.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 25 jul. 2020.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, Ago. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 out. 2018.

OLIVEIRA, Djenane. **Da Agente de Desenvolvimento Infantil à Professora de Creche: estudo de uma trajetória profissional, a partir da categoria gênero**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência) -

Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2011.

RAMOS, Maria Rita Neves. **Relações de Gênero e Docência na Educação Infantil: Interfaces entre Políticas Públicas e abordagens pedagógicas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SASTRE, Edilberto. **Panorama dos estudos sobre violência nas escolas no Brasil: 1980-2009**. Portal do Professor, 2011. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015503.pdf> Acesso em: 20 maio. 2014.

SZYMANSKI, Heloisa. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. Entrevista Reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. SZYMANSKI, Heloisa (org). Brasília. Líber livro, 2004. p. 9-61.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 77-99, jul/dez. 1995.

THURLER, Ana Liési. Primeira infância no Brasil do século XXI: desafios ao reconhecimento institucional. In: BASTOS, Eliene F.; ASSIS, Arnaldo C.; SANTOS, Marlouve, M. S. **Família e Jurisdição III**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2009, p. 1-34.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

Recebido: 08/06/2020.

Aprovado: 07/08/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n43.12538.

Como citar: RAMOS, Maria Rita Neves; AUAD, Daniela. Por uma leitura feminista da Educação Infantil com vistas à democracia. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 394-407, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Maria Rita Neves Ramos

Rua Sebastião José da Silva, número 144, Bairro Nossa senhora Aparecida, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

